

"De Lá Pra Cá": experiências diaspóricas de baianos e baianas para região da Grande Florianópolis.¹

Tatiane Silva Cerqueira Santos²

Resumo

O artigo que apresento nesse espaço acadêmico é referente à minha pesquisa de mestrado: uma etnografia sobre baianos e baianas que vivem na Grande Florianópolis. A minha proposta de pesquisa buscou conhecer as narrativas de baianos e baianas que migraram para Santa Catarina, especificamente, para a região da Grande Florianópolis. Com a intenção de responder às seguintes perguntas: por que migraram para o Sul do país? Como vivem na cidade e são acolhidos pelo estado receptor? Assim faço uma comparação entre as capitais atlânticas Salvador e Florianópolis, traçando uma breve contextualização da população negra nestes locais. Proponho um debate acerca dos aspectos diaspóricos que envolvem as migrações internas no Brasil, contextualizando-os em diálogo com a questão da identidade e as práticas da colonialidade. Dessa forma, apresento as formas de organização e circulação dos baianos em diferentes espaços de mobilidade na Grande Florianópolis, como o bairro Bela Vista, em São José que foi denominado pelos meus interlocutores de uma segunda Bahia que pode ser vista e percebida. A partir das construções e encontros de elos dos baianos por meio da religiosidade, comidas típicas baianas e suas relações com a vizinhança. Esta experiência etnográfica de ver, sobretudo de perceber uma segunda Bahia no sul do país me aproximou das vivências diaspóricas dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes na Grande Florianópolis. Procuro entender como eles vivem diariamente as questões de hostilidades em Florianópolis, por exemplo, racismo, xenofobia e violência institucional em um contexto, onde encontramos um movimento que reforça a separação entre o Sul e o Nordeste.

Palavras-chave: narrativas de baianos e baianas; migração; experiências diaspóricas

Introdução

As experiências em diáspora, as quais homens e mulheres da Bahia vivenciam são práticas em comum, unindo-se para lembrar o seu local de origem, entendendo essas experiências como diáspora baiana, por compor expressões simbólicas. Dessa forma, comecei a observar as experiências dos baianos e baianas, eles se reuniam quase todos os

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

² Doutoranda em Antropologia Social (UFSC – SC), Mestre em Antropologia Social (PPGAS/UFSC – SC).

finais de semanas, sendo no futebol, nas casas uns dos outros em aniversários, casamento, circulando nos bairros onde vivem baianos ou em qualquer oportunidade de estarem juntos. O bairro escolhido para fazer esta pesquisa foi o Bela Vista, em São José/SC, mas a partir da constatação da circulação de baianos por outros bairros, meu campo de pesquisa ampliou-se³. A inspiração para este estudo surgiu, inicialmente, em 2011, quando eu me encontrava em Florianópolis para um intercâmbio na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Na ocasião, encontrei algumas pessoas provenientes da minha cidade natal, Retiro, na zona rural do município de Coração de Maria, na Bahia. Passados alguns anos, em 2014, quando conduzia minha pesquisa para o trabalho final de conclusão de curso (TCC) da graduação, algumas das mulheres⁴ por mim entrevistadas mencionaram o deslocamento de seus filhos e filhas para Santa Catarina, em busca de emprego. Tal informação voltou a despertar minhas inquietações a respeito dos deslocamentos constantes de pessoas da Bahia para o Estado de Santa Catarina.

De acordo com o que ouvi de alguns baianos e baianas, esse processo de deslocamentos foi propiciado pela oportunidade de vagas de trabalho surgidas quando da construção e montagem da rede de gás natural do Estado de Santa Catarina. Contudo, esses informantes não souberam detalhar ou fornecer contatos dos primeiros grupos de trabalhadores baianos aqui chegados. Ainda segundo seus relatos, essa migração se intensificou depois que uma construtora foi buscar, no ano de 1995, em estados do Nordeste, mão de obra para trabalhar na construção do túnel Antonieta de Barros, localizado em Florianópolis. A construtora Odebrecht teria encaminhado ônibus para cidades como Coração de Maria, Teofilândia e Serrinha, na Bahia, e em estados como a Paraíba, a fim de recrutar homens para a realização da obra. Ao fim das obras, no ano de 2003, essas pessoas acabaram ficando na Grande Florianópolis e trazendo seus parentes para trabalhar em outras obras, estimuladas pelo crescimento da construção civil na região e pelo fortalecimento de polos industriais em outras cidades de Santa Catarina.

Assim, o que apresento nesse trabalho são algumas experiências da minha pesquisa de mestrado realizada no período de 2018, compartilho em três partes metodologia; comparação entre as capitais Florianópolis/SC e Salvador/BA e as construções protagonistas de baianos e baianas na região da grande Florianópolis.

³ No decorrer do trabalho será demonstrada a forma como se deu essa ampliação.

⁴ O TCC, intitulado *Entre fuxicos, crochês e biscoit: tecendo empoderamento das mulheres rurais*, buscou analisar, na perspectiva de gênero, o grupo de mulheres do Centro de Cultura das Mulheres Retirenses (CCMR).

Metodologia

Residir no mesmo lugar escolhido para campo visando obter maior interação com as interlocutoras e interlocutores da pesquisa e vivenciar experiências praticamente comuns àquelas pessoas vindas da Bahia. Com essa intenção, em março de 2018 me mudei para o bairro Bela Vista, em São José – que escolhi como *locus* de minha pesquisa em razão da expressiva população baiana ali residente.

No processo de conhecer o bairro tratei de definir o que eu julgava ser o melhor ponto de partida para estreitar o convívio com os sujeitos da pesquisa. Comentei o fato com a proprietária da casa que eu havia alugado, e esta teve a ideia de me levar ao posto de saúde. Conversei com a coordenadora, objetivando conhecer a metodologia de cadastramento de dados da população do bairro. Porém, por razões éticas e burocráticas não pude ter acesso aos dados.

Após a conversa com a agente de saúde local, ainda acompanhada de dona Rosália, a proprietária da casa me dirigi ao supermercado do bairro, e lá encontrei um homem baiano trabalhando no açougue e uma mulher baiana que estava fazendo compras. Foram os meus primeiros contatos.

Na mesma rua em que eu estava residindo encontrei Marli⁵, a minha primeira informante depois de Mara, que conheci antes mesmo de iniciar o campo. O encontro com Marli foi um momento único, de muitos e seguidos abraços, pois já a conhecia de Retiro, Coração de Maria/BA, cidade de nascimento de nós duas. A partir dessa nossa primeira conversa percebi que ali se iniciava um diálogo entre pesquisadora e interlocutora. Marli falou sobre sua vinda para Florianópolis, ocorrida após o falecimento de sua mãe, contou que residia havia três anos em São José, tendo antes morado no bairro Ipiranga, e que dividia a casa com dois sobrinhos.

No dia seguinte fui ao posto de saúde fazer o meu cadastro de atendimento e ali encontrei o baiano Palmares. Logo conversamos sobre o tempo em que ele estava residindo no bairro e sobre a saudade das pessoas que ficaram. Eu e Palmares já nos

⁵ Os nomes utilizados para os interlocutores e interlocutoras desta pesquisa são todos fictícios, com o objetivo de preservar eticamente a privacidade e segurança dessas pessoas. Alguns deles/as permitiram que utilizassem seus nomes reais, no entanto, a partir da minha experiência como pesquisadora, mantive com os nomes fictícios com a intenção de preservar a ética da pesquisa em relação à segurança e vida dessas pessoas.

conhecíamos por sermos do mesmo distrito na Bahia. Palmares e Marli se tornaram os meus primeiros interlocutores.

A partir de Palmares, e de outros interlocutores, cujas histórias foram tecidas mais na dissertação, compreendi que meu campo tornara-se expansível, pois em companhia deles passei a me movimentar por outros lugares da Grande Florianópolis, frequentando eventos organizados por eles tais como: jogos de futebol, shows com músicas típicas da Bahia, aniversários e encontros, organizados com o fim apenas de reunir os conterrâneos. Os bares também acabaram sendo um ponto de encontro, e assim fui ganhando a confiança dos migrantes baianos.

Dessa maneira, procurei seguir os caminhos etnográficos de Joseph Handerson (2015), pois a minha pesquisa se trata de uma etnografia da mobilidade, possibilitando captar informações e relações entre pessoas. Segundo Handerson:

É complexo abordar etnograficamente a mobilidade haitiana, permanecendo o etnógrafo num único lugar. Por isso, foi importante, nesta pesquisa, lançar mão de uma metodologia investigativa que desse conta da exigência do objeto dessa investigação. Para os etnógrafos interessados na mobilidade de pessoas, a etnografia multilocal permite explorar situações múltiplas em espaços sociais diferentes, bem como seguir as pessoas, acompanhando as experiências vividas em mobilidade, descrevendo a trajetória de vida delas. (HANDERSON, 2015, p. 2015).

Do mesmo modo que Handerson, fui guiada pelas experiências vivenciadas pela população baiana em diferentes espaços sociais, acompanhando e descrevendo a trajetória de vida deles.

A respeito da metodologia empregada para esta pesquisa, antes mesmo de sair a campo tracei uma estratégia com base na ideia de observação participante para alcançar meu objetivo principal: conhecer as histórias de vida desses migrantes baianos na Grande Florianópolis. Recorri à antropologia, ciência que, no meu entendimento, me possibilitaria fazer uma comparação e investigação desse fenômeno de mudança da Bahia para Santa Catarina. Neste sentido, compartilhei, inicialmente, da proposição de Tim Ingold, de que “o objetivo da antropologia é [...] o de buscar um entendimento generoso, comparativo, não obstante crítico, do ser humano e do conhecimento em um mesmo mundo no qual todos nós habitamos” (INGOLD, 2015, p.01).

Por meio de conversas, da convivência diária, procurei conhecer como esses baianos e baianas viviam, os lugares que frequentavam e nos quais costumam encontrar outras/os baianas/os, tais como barbearia, os pontos de acarajé, campeonatos de futebol e um bar localizado no bairro Barreiros - São José. Acompanhei campeonatos de futebol

seguidos de festas realizadas especialmente para o público de nordestinos/as e baianos/as e organizadas por eles mesmos. Mariza Peirano (2014) afirma que a etnografia é a ideia-mãe da antropologia, ou seja, não há antropologia sem pesquisa empírica, como pontua a autora:

A empiria - eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que afeta os sentidos -, é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fontes de renovação, porém não “são fatos sociais”, mas “fatos etnográficos.” (PEIRANO, 2014, p.380).

A proposta de gravar entrevistas, em sua maioria não passou de tentativa, pois a/os interlocutoras/es ficavam nervosas/os e restringiam seus relatos, omitindo situações que poderiam ser relevantes. Entretanto, algumas/alguns interlocutoras/es perceberam que falar representava a oportunidade de expor o que sentem e como vivem. No campo, a observação participante propõe uma imersão intensa, e o fato de ser uma pesquisadora baiana e negra me fez perceber que estava dentro do meu lugar de fala, trabalhando com a perspectiva “desde dentro”, proposta por Sheila Walker (2018), ao abordar a questão das diversas singularidades do protagonismo da população negra.

Relaciono minhas experiências de campo-tema refletindo sobre as vivências de Davi Kopenawa narradas em a *Queda do Céu* (2015), pensando na significação política dessa escrita pois, em muitos momentos quando eu tentava fazer as entrevistas, o meu lugar de baiana e mulher negra era marcado, com as interlocutoras/es dizendo: “você é baiana e você sabe contar a nossa história, passamos quase todas pela mesma situação quando não estamos em nossa casa”. No prefácio de a *Queda do Céu* o antropólogo Viveiros de Castros afirma:

Chegou a hora, em suma; temos a obrigação de levar absolutamente a sério o que dizem os índios pela voz de Davi Kopenawa - os índios e todos os demais povos 'menores' do planeta, as minorias extranacionais que ainda resistem à total dissolução pelo liquidificador modernizante do Ocidente. Para os brasileiros, como para as outras nacionalidades do Novo Mundo criadas à custa do genocídio americano e da escravidão africana, tal obrigação se impõe com força redobrada. (CASTRO, 2015, p.15).

Essa reflexão de Viveiros de Castro me remeteu a artigo de Ramón Grosfoguel (2016) intitulado “A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI”, no qual o autor questiona a supremacia de um discurso positivista que prega o afastamento do pesquisador/a do “objeto” de pesquisa. Quando somente homens brancos

de cinco países - França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Itália - pesquisavam povos de outros grupos étnico-raciais, foram esses mesmos homens quem criaram a teoria de que um suposto distanciamento produz a legitimidade científica.

O penso, logo existo de Descartes imaginava esse eu (que pensa e existe) como o sujeito branco dos cinco países do norte global. Assim, quando novas vozes entram na universidade e passam a exercitar uma produção de análise a partir de seus lugares de fala, tal produção tendeu a ser deslegitimada sob o manto de que não havia distanciamento suficiente entre pesquisador e “objeto”.

É nesse contexto que o emprego da perspectiva do conhecimento desde dentro proposto por Walker foi relevante para o desenvolvimento da minha pesquisa, visto que a autora começou a estudar a sua comunidade a partir do próprio ponto de vista: “Isto é, desde dentro, e podia estudar outras comunidades da diáspora Africana com um sentimento de parentesco diaspórico [...]” (WALKER, 2018, p. 32). Dessa forma, até o próprio conceito de objeto tem que ser redefinido para sair da posição de inferioridade – aquele que é estudado para uma posição que o coloca em seu devido protagonismo, ou seja, colaborador ativo da pesquisa.

Comparação entre as duas capitais Florianópolis - SC e Salvador – BA.

Depois de muitas conversas com estudantes negros locais comecei a direcionar um olhar comparativo entre a cidade de Florianópolis e a de Salvador. Quando ia ao centro da cidade e me deparava com o mercado municipal, logo imaginava o mercado modelo de Salvador, não só pelo contexto colonial, mas pela dinâmica capitalista de apresentação aos turistas. Em geral, os mercados modelos de capitais coloniais ressaltam o aspecto histórico e a valorização da cultura local a partir da lógica de comercialização de artesanato aos turistas. E tanto Salvador quanto Florianópolis são “vendidas” midiaticamente como cidades turísticas.

O Estado de Santa Catarina é conhecido como o estado detentor da maior população branca no Brasil, com uma ideologia eurocêntrica que deixou na sombra a presença e a história da população negra que também é parte do conjunto populacional do estado. Na outra ponta, o Estado da Bahia é conhecido como o que tem o maior número de habitantes autodeclarados pretos e pardos⁶ no país. Entretanto, não se pode deixar de

⁶ De acordo com a classificação empregada pelo IBGE.

atentar para uma persistente hierarquização racial, que mantém os negros em espaços subalternizados enquanto a minoria branca detém e domina os espaços econômicos de poder.

Segundo Bacelar (1993), a cidade de Salvador saiu da escravidão e do Império sem grandes alterações nos aspectos econômico e social, mantendo praticamente a mesma situação durante toda a Primeira República. A cidade não recebeu contingentes expressivos imigratórios estrangeiros, a exemplo do que ocorreu em outras cidades brasileiras entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do XX, e, por isso, ainda hoje negros e mestiços são majoritários.

Na cidade de Florianópolis, a população branca está ocupando os espaços de poder e, ao contrário da capital baiana, ela é majoritária, enquanto a população negra foi, por longo período, invisibilizada e apagada historicamente. Assim como em Salvador, Florianópolis também foi afastando os africanos e afrodescendentes do centro da cidade e da história. Nesse sentido, as duas capitais se constituem como territórios atlânticos. As historiadoras Beatriz Gallotti Mamigonian e Joseane Zimmermann Vidal, na coletânea *História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina* (2013) cumprem o papel de devolver visibilidade para africanos e afrodescendentes no passado e, inclusive, no presente, incluindo-os no real contexto histórico da formação da cidade de Florianópolis e região. As autoras propõem a inclusão de Santa Catarina na história do Atlântico Negro

As autoras mostram que o Estado de Santa Catarina se constituiu com a mão de obra de africanos provenientes do comércio transatlântico de escravos, no entanto, esses sujeitos permaneceram invisíveis na história. Em outro trabalho, em coautoria com Vitor Cardoso, Beatriz Mamigonian revela que em meados do século XVII e no XVIII “Já havia escravos indígenas e de origem africana entres os colonizadores” (2013, p. 19).

Em *Descendentes de Africanos em Santa Catarina: Invisibilidade Histórica e Segregação*, a antropóloga Ilka Boaventura Leite (1996) argumenta que a maioria das pesquisas que salientam a construção dos descendentes de africanos no Sul do Brasil sustenta especificidades em relação a outras regiões do país. Duas destas especificidades são: 1) a ideia de uma presença rara do negro, desde o contexto colonial, quando Florianópolis ainda era a antiga Desterro, enfatizada por pesquisadores como Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (1960); 2) a ideia de relações mais democráticas e igualitárias, devido ao modelo econômico implementado, de rara contingência de escravos, bem como anterior às áreas de exploração colonial.

“Apesar do predomínio da pequena propriedade, o contato mais íntimo entre o senhor e o escravo em quase nada contribuiu para suavizar a dura condição de não homem, de máquina de produção” (LEITE, 1996, p.49). Para esta autora, os pesquisadores introduziram novos estereótipos ao modelo de democracia questionado ao afirmarem que “os alemães tratavam os negros e mulatos com cordialidade” (*Apud* CARDOSO; IANNI, 1960, p. 177).

Essas especificidades mostram-se contraditórias quando tomamos como base os estudos de Mamigonian e Cardoso (2013), principalmente acerca da ideia de presença rara de negros no período colonial. Na obra *Tráfico de escravos e a presença africana na Ilha de Santa Catarina*, os autores apresentam um robusto levantamento dessa presença a partir do cruzamento de registros de batismos, óbitos e casamentos, entre o final do século XVIII e o início do XIX. No entanto, o período de grande afluxo de escravos na Ilha de Santa Catarina foi entre as duas primeiras décadas do século XVIII, por conta da inserção colonial do mercado de alimentos. Os autores apontam que:

Um mapa portuário da Ilha datado de 1803, tirado a mando das autoridades da provedoria da capitania de Santa Catarina, demonstra o intenso movimento de embarcações envolvidas nesse comércio costeiro com os portos do Sul e que aportavam em Desterro, de passagem ou como destino principal. Foram contabilizadas naquele ano 96 embarcações que subiram ou desceram pela Ilha de Santa Catarina de vários lugares da costa brasileira, sendo que quase 40% delas vinham do porto do Rio de Janeiro. Muitos desses iates, lanchas e sumacas transportavam artigos ditos “de fazenda”, como vinho, sal, algodão, vinagre, azeite, mas também escravos. Naquele ano, foi notificada a passagem de 338 escravos na carga de 36 embarcações dos portos do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco para praças comerciais de Rio Grande, Desterro e Laguna. Muitos deles ficaram em Desterro. E foi no mês de dezembro do referido ano que o mestre Joaquim José Prates atracou a sumaca Brillhante em Desterro, trazendo do Rio de Janeiro uma carga de 43 escravos novos, 30 “fardos de fazendas” e 4 “pipas” de vinho. Talvez fosse essa carga a contrapartida comercial para trocar pelos produtos da terra produzidos na Ilha. (MAMIGONIAN; CARDOSO, 2013, p.25).

Derrubando o imaginário de que na ilha as relações senhor-escravo fossem mais cordiais, os registros de óbitos evidenciam as precárias condições de vida dos escravizados. Como exemplo, em apenas dois dias do mês de fevereiro de 1811, seis corpos de jovens africanos “boçais”⁷, todos pertencentes a um mesmo proprietário, chegaram à Vila de Nossa Senhora do Desterro diretamente para o cemitério da igreja

⁷ A denominação boçal aplicava-se aos escravizados recém-chegados da África, que ainda não dominavam os códigos da vida local.

matriz, para serem sepultados, situação, segundo os estudiosos, que era rotineira e crescente naqueles anos iniciais do XIX.

Quando me proponho a comparar os estados de Santa Catarina e o da Bahia, fazendo um recorte com suas capitais, colocando-as no contexto transatlântico e afrodiáspórico, tomo como ponto de partida esse imaginário de harmonia racial presente em ambas, esse mito construído da existência de relações democráticas ou igualitárias. Tanto os negros baianos imigrantes quanto os negros locais vivenciam a discriminação racial cotidianamente, por meio do racismo estrutural e institucional e em decorrência da falta de políticas públicas para combater o racismo e de ações positivas que revertam à invisibilidade do negro na sociedade. Os estudos de Mamigonian e Cardoso inserem Santa Catarina no Atlântico negro, assim como as demais capitais transatlânticas, desconstruindo “verdades” que estudos como os de Cardoso e Ianni (1960) ajudaram a reforçar em torno da invisibilidade do negro em Santa Catarina e do ideário de democracia racial.

Ao me pautar pela perspectiva afrodiaspórica tenho clareza de que negros/as passam por discriminações raciais em qualquer lugar do mundo com raízes na colonização europeia. E foram os discursos a partir da ideia de nação homogênea que forjaram o processo de embranquecimento, constituindo Santa Catarina como um modelo de nação imaginada (ANDERSON, 2005). Essa nação imaginada foi construída a partir da ideia de homogeneidade, ou seja, a nação, para ter legitimidade, teria que se aproximar da noção de Estado-nação europeia.

Manuela Carneiro da Cunha (2012, p.109) ao abordar a *homogeneidade da nação e a exclusão dos africanos* na Bahia, destaca que a ideia de homogeneidade foi discutida pelo antiescravista José Bonifácio “nas décadas de 1830 a 1840: a homogeneidade necessária à existência da nação passava pela exclusão dos negros. Uma nação de livres, sim, mas livres brancos”. Assim, a ideia de nação homogênea continua vigente, a partir do Estado que executa o controle dos corpos negros, de baianos ou não baianos, que vivem em território sulista, bem como em todo o território brasileiro.

As construções protagonistas de baianos e baianas na região da grande Florianópolis

A partir das experiências vivenciadas em campo, guio-me em estudos sobre sociabilidade, subjetividade e alteridades para analisar alguns dos depoimentos colhidos

durante minhas observações no período de quatro meses, nos quais pude constatar todo envolvimento, movimento de organização, sociabilidade e subjetividade dos baianos que vivem na Grande Florianópolis, especialmente no município de São José - SC, no bairro Bela Vista.

Em que pese a grande diversidade de interpretações acerca do conceito de diáspora, aqui me atenho ao sentido de movimento global. A antropóloga Sheila Walker⁸(2019), em sua estada em Salvador /Bahia, declarou, em entrevista, ser de suma importância que os afrodescendentes de movimentos afrodiaspóricos ultrapassem as identidades coloniais para nos vermos de uma maneira única. Dessa forma, definimos os deslocamentos de baianos para Grande Florianópolis de diáspora, e aqui em especial a migração baiana, que abrange sistemas organizacionais micro e macro de uma visão universal vivenciadas por esta comunidade.

Para conhecer os homens e mulheres que vieram da Bahia, construí dois quadros que poder ser vistos na dissertação com os perfis de migrantes homens e mulheres. Dos 15 homens migrantes entrevistados, 14 deles se autodeclararam negros, com idades entre 25 e 50 anos; nove vieram da cidade de Coração de Maria/BA e sete deles residem no bairro Bela Vista, sendo ainda cinco deles trabalhadores da construção civil. Os demais são provenientes das cidades de Irará, Feira de Santana, Serrinha, Simões Filhos e Salvador e trabalham no setor terciário. Apenas quatro dos entrevistados completaram o ensino médio.

Os perfis das mulheres contemplam 12 das mulheres com as quais mais tive oportunidade de conversar. Todas se autodeclararam negras, têm idades entre 28 e 50 anos, e pelo menos duas delas concluíram o ensino superior. Dentre essas mulheres, quatro são de Coração de Maria (BA) e três residem no bairro Bela Vista, em São José/SC.

A circulação de baianos e baianas se articula a partir de suas trajetórias em movimentos e protagonismos, através de expressões simbólicas, algo perceptível em bairros em torno e no Bela Vista, o qual se caracteriza como “Segunda Bahia”, por ali viver uma extensa população de baianos e que assim também se reconhecem, pois agem como se estivessem no lugar de origem, o Estado da Bahia. Heitor Frúgoli (2007), em suas reflexões sobre Simmel, mostra que a sociabilidade acontece a partir da associação

⁸ Entrevista de Sheila Walker ao site Alma Preta disponível em <<https://almapreta.com/editorias/realidade/identidade-negra-universal-e-a-de-afrodescendentes-da-diaspora-diz-antropologa?fbclid=IwAR2eBfHAOYkWIAs2jK40N8pZl4mRCNNIpILj1yWWIQBsTa4WLLK4bk-YiI>>.acesso em 20 jul. 2019.

de indivíduos formando redes relacionais e atuando na interação de propósitos e interesses como iguais.

O bairro Bela Vista, localizado no município de São José, na Grande Florianópolis, é chamado pelos baianos de segunda Bahia por aglutinar a maioria dos migrantes desse estado, mas também em razão da presença de uma imensa população negra, que não se restringe aos migrantes negros e nordestinos. Essa aglutinação se deve ao complexo industrial em que se constitui a Grande Florianópolis e, conseqüentemente, à opção por fixar residência próximo ao local de trabalho, bem como se estabelecer, no caso dos recém-chegados, próximo aos migrantes já assentados nessas regiões.

Durante uma caminhada, no Bela Vista, com o senhor Francisco, vendedor de cuscuz de tapioca, de 50 anos, baiano de Coração de Maria, residente do mesmo bairro o assunto religião surge de forma enfática: “você já prestou atenção que na Bahia é Candomblé e aqui é Magia?

Ele me diz: Porque aqui, minha filha, o povo também é chegado a um batuque. E o senhor não é, pergunto? Ele responde: Deus me livre, minha filha, já fui dessas coisas, hoje sou evangélico e você tem que fazer uma visita à igreja que abrimos, tem várias pessoas que você conhece”. No dia seguinte fui à igreja recém-inaugurada. A pastora, uma baiana que veio exclusivamente para a abertura; os fiéis, em sua maioria baianos.

Quis saber o porquê de uma igreja só de baianos: “minha filha, somos muitos por aqui, mas todos são bem-vindos. Antes estavam todos pregando na igreja ao lado, que é uma casa, tem muitos baianos e nós estávamos precisando de um espaço nosso para oração”. (Francisco, diário de campo, maio de 2018).

De acordo com Munanga e Nilma Gomes:

Tanto a religiosidade negra como outras expressões religiosas devem ser compreendidas como formas construídas, no interior da cultura, de estabelecimentos de elos com o Criador, com o que está além do que costumamos considerar como mundo racional. Devem ser vistas como “experiências religiosas” e não como mero “credo religioso”. Tomadas como uma produção da humanidade, fruto de diversas formas de se relacionar como uma natureza, da busca de explicações para questões que afetam a vida de todos e do modo como estabelecem relações entre as pessoas e delas com o mundo. (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 140).

As argumentações dos autores vão de encontro às experiências religiosas que homens e mulheres migrantes constroem para manutenção de sua sobrevivência religiosa, de acordo com suas necessidades e possibilidades. No entanto, alguns migrantes pareceram não tomar consciência de que não há expressões culturais e religiosas

superiores ou inferiores, melhores ou piores que a outra. Nas visitas às casas das pessoas da Bahia perguntava sobre religião durante as conversas, mas as pessoas diziam que eram católicas ou evangélicas. Porém, em algumas casas de católicos, encontrei imagens de Iemanjá e do Preto Velho. Outros interlocutores e interlocutoras diziam não ter religião.

Nesse contexto, a minha intenção é mostrar como o racismo está imbricado no cotidiano dos migrantes baianos/as, e o farei perpassando por discussões acerca de racismos estrutural, institucional, religioso e pela ideia de Estado-Nação instituindo as práticas da colonialidade nos dias atuais de forma perversa e complementadas de capitalismo. Os fatos acima contribuem para o entendimento da negação da identidade religiosa de matriz africana, quando na casa de baianos são vistas imagens de orixás, mas ao perguntar sobre pertencimento religioso, declaram-se católicos.

Em virtude do período colonial, as religiões afro-brasileiras formaram-se em sincretismo, ou seja, na fusão de diferentes elementos culturais com o catolicismo e, em grau menor, com universos religiosos indígenas, pois os negros eram proibidos de professar publicamente a sua religião. Conforme Munanga e Gomes (2016), as religiões de matriz africana continuam sofrendo as interferências do racismo existentes em nosso país. E recentemente essas práticas da colonialidade vêm aumentando no Brasil através da perseguição a candomblecistas e destruição de terreiros.

Além da religião a comida é elemento simbólico nessa pesquisa sobre migrações de baianos. O acarajé é uma iguaria baiana que aparece carregado de (re)significados religiosos que conta a história da escravidão do Brasil e a diáspora afro-brasileira. Além disso, a comida tem um significado de resgatar a memória de afeto e aproximação dos elementos culturais próprios do estado, aspectos importantes para os/as sujeitos/as baianos no contexto da migração. A partir da presença de baianos e nordestinos na Grande Florianópolis, os próprios/as baianos/as começaram a abrir estabelecimentos vendendo acarajés e comidas típicas da Bahia.

Em um estabelecimento chamado “Sabor da Bahia” localizado na Rua Santo Antônio, em Barreiros, São José. Além de vender acarajé, abará⁹ e passarinha¹⁰ pode-se encontrar diversos tipos de comidas de origem afro-baiana, por exemplo: Vatapá¹¹,

⁹ Bolinho enrolado em folha de bananeira e feito com massa de feijão, temperado com gengibre, pimenta e azeite-de-dendê.

¹⁰ Iguaria servida na região nordeste, feita a partir do baço bovino é servida bem frita. Encontra-se a venda nos tabuleiros de baianas de acarajé e em botecos.

¹¹ Vatapá é uma comida baiana - feita com pão dormido, farinha de arroz ou fubá. Acrescentam leite de coco, peixe, camarões secos e frescos, amendoim e castanha de caju torrados e moídos. Deve ser bem

Caruru, moqueca de peixe, porção de peixe frito, farofa, mocofato¹², dobradinha, sarapatel¹³, feijoada (aos domingos). O estabelecimento é frequentado por nordestinos, e os proprietários estão sempre muito ocupados. Segundo Baltazar, irmão de Manuel o proprietário, “o estabelecimento é aberto de sexta a domingo e também é um lugar em que mostramos a nossa cultura, tanto na comida como na música que está tocando: arrocha¹⁴”.

Alguns baianos, com quem já tecia relações, me convidaram para sentar com eles. Geralmente, o assunto se encaminhava para a questão da saudade principalmente por estarmos no mês de junho, pois é uma das épocas mais esperadas para o povo nordestino por ser um mês festivo, de passar de casa em casa para dançar forró e comer os petiscos da época.

Entretanto, esses momentos de sociabilidade entre os baianos também podem acabar com a ocorrência de conflitos entre vizinhos tendo como causa o volume da música, as expressões corporais, o vozerio. Então, logo a polícia é acionada para manutenção da ordem local. Por lei, é permitido fazer barulho até às 22h, porém, em qualquer evento organizado por baianos, antes mesmo das 19h a polícia aparece para acabar com a manifestação.

No campo de futebol do bairro João Paulo, em Florianópolis/SC presenciei a chegada da polícia em confraternizações de baianos, assunto bastante argumentado na dissertação. Todavia, minha intenção aqui foi mostrar como vivem os baianos, em sua maioria homens e mulheres negros que migraram para o Sul do Brasil devido às oportunidades de trabalho. Segundo Munanga e Gomes (2016), as expressões artísticas e culturais da população negra são estratégias de resistência até os dias de hoje, por conta de opressões e discriminações:

No decorrer do processo histórico brasileiro, os homens e mulheres negras sempre lutaram e resistiram bravamente a toda forma de opressão e discriminação. Eles forjaram formas elaboradas de lidar com a vida, com o corpo, assim como expressões musicais múltiplas.

apimentado e levar azeite-de-dendê, além de outros temperos, como sal, cebola, pimentão, coentro, cheiro-verde, gengibre e gergelim. A sua textura é parecida com uma papa. O vatapá também é servido com o acarajé, parte o acarajé ao meio e coloca o vatapá.

¹² É uma comida típica nordestina consistente em gorduras animais, uma criativa mistura de mocotó com dobradinha.

¹³ Típica comida originária do Nordeste, feita com miúdos de porco.

¹⁴ É um gênero musical originário da Bahia, especificamente da Candeias/BA, suas influências são do estilo brega e romântico com um toque de sensualidade. Os instrumentos musicais mais utilizados para compor o ritmo arrocha são: teclado arranjador; guitarra e saxofone. O ritmo arrocha ganhou fama nacionalmente através do cantor Pablo conhecido como o criador do ritmo.

Construíram uma estética corporal que está impregnada na cultura do povo brasileiro. Por meio da resistência política, da religião, da arte, da música, da dança e da sensibilidade para com a ecologia o negro produz, participa e vivencia a cultura afro-brasileira (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 139).

Nesse sentido, as organizações dos/as sujeitos/as baianos ganham expressões específicas que aglutinam elementos ao novo território. Tais expressões são observadas na construção das atividades mencionadas, na distribuição espacial dos sujeitos e nas estruturas de redes que foram apresentadas e que manifestam seus laços e valores. As estruturas e redes de solidariedades são questões que aparecerem constantes durante a pesquisa e enfatizadas na dissertação.

Considerações Finais

A intenção do artigo foi apresentar as principais questões presentes durante a minha pesquisa de mestrado, sobretudo, de mostrar o porquê que essa população migrou, como se organizaram no novo local, distante das suas origens e como vivem no Sul do país, mantendo alguns hábitos do seu local de origem. A perspectiva afrogênica definida por Sheila Walker (2018) foi uma ferramenta fundamental, permitindo enxergar os migrantes baianos como sujeitos singulares, protagonistas de suas histórias de vida nesse novo lugar.

Portanto, nesse trabalho foi necessário refletir sobre a inserção da presença negra na historiografia do local, as práticas discursivas e os estereótipos racializados manifestados, por meio de uma política de branqueamento local. Pensar conceitos como colonialidade e racismo como ferramentas de análise para a pesquisa tornou-se importante para apresentar a abordagem empírico-epistêmica interseccional entre raça, gênero e classe social.

Dessa forma, se faz urgente uma antropologia urbana ao pensar no que podemos chamar de políticas públicas migratórias de governo e aqui posso relacionar com as propostas de ética e lei de Segato (2006), partindo da ideia de direitos humanos, relatividade cultural, sobretudo as consequências de se entender lei, moral e ética como princípios diferentes.

A antropologia como ciência do outro seria o campo de conhecimento destinado a contribuir para o desenvolvimento da sensibilidade ética, além disso, a antropologia

pode contribuir ou retornar à ética como princípio da história dos direitos humanos em uma sociedade arraigada de valores morais, hegemônicos e capitalistas como a nossa.

Essa pesquisa permitiu-me também olhar o migrante como um ser singular, como propõe Mariângela Nascimento (2018), como protagonista político que ressignifica os processos de produção e reprodução do sistema opressor e do modo de vida a partir das relações estabelecidas.

Referências:

ALMA PRETA. **Identidade negra universal é a de afrodescendentes da diáspora, diz antropóloga**. Texto de Guilherme Soares Dias, em 11 abr 2019. Almapreta.com. Disponível em: <<https://almapreta.com/editorias/realidade/identidade-negra-universal-e-a-de-afrodescendentes-da-diaspora-diz-antropologa>>. Acesso em 11 mai. 2019.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Tradução de Catarina Mira. Lisboa/ Portugal: Edições 70, 2005.

BACELAR, Jeferson Afonso. **O Negro em Salvador: Os Atalhos Raciais**. Revista de História (USP), São Paulo, p. 129-131. 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional**. São Paulo: Cia Editora Nacional, [S.1: s.n.], 1960.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. [2ª edição, revista e ampliada]. São Paulo: Companhia das letras, 2012. 279p.

FRUGOLY, Heitor Jr. **Sociabilidade Urbana. Ciências Sociais**. Passo-a-passo 80. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Soc. estado**. Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, Abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 Dez. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>.

HANDERSON, Joseph. 2015. **Diaspora**. As Dinâmicas da Mobilidade Haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

INGOLD, Tim. Antropologia não é etnografia. In: INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. 2011, p.1-24. Tradução e revisão para a

língua portuguesa brasileira feita por Caio Fernando Flores Coelho e Rodrigo Ciconet Dornelles, de acordo com texto original publicado em: INGOLD, Tim. Epilogue: “Anthropology is not Ethnography.” In: _____. *Being Alive*. Routledge: London and New York, 2011. p. 229-243.

LEITE, Ilka Boaventura; OLIVEN, Ruben George. **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

MAMIGONIAN, G. Beatriz; CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. Tráfico de escravos e a presença africana na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, G. B.; VIDAL, J. Z. (Org.). **História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: EdUFSC. 2013. p.17-42.

MAMIGONIAN, G. Beatriz; VIDAL, Joseane Zimmermann. **História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: EdUFSC. 2013.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nima Lino. **O negro no Brasil de hoje**. 2 ed. São Paulo: Global, 2016.

NASCIMENTO, Mariângela Moreira. **Mobilidade Humana em Contexto de Mudanças** vol.04. out-deze. 2018/ <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>

PEIRANO, Mariza. *Etnografia não é método*. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 42, julho/dezembro de 2014. 377-391 pp.

SANTOS, Tatiane Silva Cerqueira. **Entre fuxicos, crochês e biscoito: tecendo empoderamento das Mulheres Rurais**. 2015. 101f. Monografia (apresentada ao final do curso de graduação em Estudos de Gênero e Diversidade) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SEGATO, Rita Laura. **ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS: ALTERIDADE E ÉTICA NO MOVIMENTO DE EXPANSÃO DOS DIREITOS UNIVERSAIS**. *Mana*, vol.12, n.1, p. 207-236. Rio de Janeiro, abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v12n1/a08v12n1.pdf>>. Acesso em 22 set. 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O recado da mata**. Prefácio de A queda do céu. 2015.

WALKER, Sheila. **Conhecimento desde dentro: os afro-sul-americanos falam de seus povos e suas histórias** / Sheila Walker (Org.); Tradução de Viviane Conceição Antunes – Rio de Janeiro: Kitabu, 2018. 648 p.; 21 cm.